

Para Langoni, o nível não é anormal

O presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, considerou ontem, em Salvador, normal a elevação das taxas de juros cobradas pelo Banco do Brasil, justificando: "Estamos num regime de liberdade de taxas de juros e, portanto, cada instituição financeira tem as taxas e isto é válido tanto para bancos oficiais como para a rede particular".

Langoni procurou, no entanto, tranquilizar os empresários da indústria e do comércio, recomendando que esperem as decisões do Conselho Monetário Nacional na próxima terça-feira. "O Banco do Brasil certamente terá de compatibilizar essa decisão com as medidas a serem anunciadas."

O presidente do Banco Central disse que o objetivo do governo é provocar uma convergência entre as taxas de juros internas e externas e para isso pretende utilizar uma série de mecanismos "não artificiais". Segundo ele, não se cogita de tabelar os juros: "Já tivemos várias experiências nesse sentido e ficou provado que não funciona. Estamos, na realidade, interessados em, fundamentalmente, tornar mais competitivo o sistema financeiro e, em consequência, reduzir as margens de lucro que hoje o sistema tem na intermediação de recursos".

Langoni não quis revelar para que patamar o governo pretende reduzir as taxas de juros. Adiantou apenas que, como o objetivo é levar a uma convergência das taxas — e hoje há uma diferença substancial —, a queda que se pretende é bastante acentuada. "Mas vamos aguardar as decisões do CMN."

Segundo Langoni, o governo, até mesmo, está preparado para abrir mão de parte de sua receita tributária para dar a sua contribuição para a queda das taxas de juros, com uma redução — da ordem de um terço — do Imposto sobre Operações Financeiras. Disse, porém, que o governo não pode de uma hora para outra acabar com o IOF e eliminar de seu orçamento fiscal recursos da ordem de Cr\$ 900 bilhões.

Declarou a seguir que a maioria das medidas solicitadas pelos banqueiros poderá ser adotada pelo governo, "que também está estudando as medidas sugeridas pela indústria e pelo comércio". Ainda com relação ao IOF, Carlos Langoni afirmou que na reforma tributária que se quer realizar — "e será certamente um tema importante a ser discutido pelo Congresso Nacional" — o governo pretende chegar a um outro tributo que possa substituir o IOF em termos de receita tributária: "Um imposto — disse — que seja neutro do ponto de vista de seu impacto em termos, principalmente, de custo financeiro e das taxas de juros".